Alfredo de Sousa

Algumas reflexões sobre a democratização do Ensino Superior

Num mundo em que o desenvolvimento económico e social pressupõe o desenvolvimento científico e tecnológico, a abertura de mais largos acessos ao ensino superior é questão de sobrevivência nacional, pois que dela depende a formação, em número suficiente, dos cientistas, pesquisadores e técnicos necessários. Por outro lado, se o número de diplomados universitários é muito restrito, eles tendem a formar, dada a crescente procura de que são objecto, uma espécie de classe ou estrato privilegiado, que, ao defender as situações que o favorecem, pode criar obstáculos ao desenvolvimento geral da sociedade.

1. Por democratização do ensino entendemos uma política que vise tornar o ensino, e especialmente o ensino superior, acessível a todas as classes sociais sem distinção de meios materiais. Isto é, uma política de ensino que *tente* eliminar os obstáculos financeiros que se opõem à entrada dos jovens nos estabelecimentos de ensino superior, e retenha, como critério de selecção, ùnicamente o exame das capacidades intelectuais e de trabalho do candidato. Deve ainda entender-se, por extensão, que uma política de democratização do ensino implica a abertura de possibilidades de acesso ao ensino superior àqueles que, não sendo jovens e tendo já iniciado uma carreira profissional, sintam necessidade de aperfeiçoar os seus conhecimentos técnicos ou a sua cultura.

---

* Alfredo António de SOUSA — Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Doutor em Ciências Económicas (Doctorat d'Etat) pela Faculdade de Direito e Ciências Económicas de Paris, onde exerce as funções de Primeiro Assistente e de colaborador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Económico. Membro efectivo do Gabinete de Investigações Sociais.

É evidente que uma verdadeira política de democratização implica a abertura do ensino em todos os níveis. Limitamo-nos a sublinhar o ensino superior, que é o que nos interessa para o presente caso.

Convém ainda acentuar que o emprego, acima, do verbo *tentar* não significa que consideremos esta política como visando um estado utópico jamais atingido. Pelo contrário, consideramos um tal fim perfeitamente possível, com excepções e imperfeições limitadas. O emprego do verbo «tentar» quer apenas sugerir que se trata de uma acção política tendente à realização progressiva de um objectivo.

2. Estivemos inclinados a dar por título a estas reflexões a tradução escrita de um sinal que marcou uma data importante na história da humanidade: bip, bip, bip..., o sinal do primeiro satélite artificial, lançado pelos soviéticos há apenas (ou já?) dez anos.

Com efeito, o lançamento deste satélite representou, por um lado, o resultado de um enorme esforço de pesquisa científica, e por outro, o começo de uma época de refinadas realizações técnicas e tecnológicas cujos resultados ainda não estão esgotados. A este sucesso seguiram-se outros dos Americanos, dos Russos, dos Franceses, dos Ingleses, e por indução, embora menos espectaculares, os dos Suecos, dos Japoneses, dos Italianos, dos Alemães, etc., nos campos da electrónica, da miniaturização, do fabrico de metais, etc.

Não vale a pena descrever quais são as realizações da ciência moderna, de que o primeiro Sputnik foi uma manifestação espectacular. Interessa mais pôr em relevo dois aspectos: as causas e os efeitos desta profunda e acelerada evolução (revolução?) tecnológica.

A causa eficiente imediata reside indubitàvelmente no grande e continuado esforço de investigação científica realizado desde há muitos anos, esforço este que tem, por seu turno, como suporte um sistema de ensino adequado. Adequado no sentido de que, não só permite a numerosas vocações manifestarem-se nos mais diversos domínios, como também facilita uma selecção dos mais aptos para a continuação da pesquisa científica *a nível pós-universitário*. Só uma base numérica suficientemente larga permite uma selecção apurada e objectiva, pois que o critério de selecção deixa de ser social para passar a ser científico ou objectivo. E só uma pesquisa científica continuada e contìnuamente alimentada de novos cérebros pode atingir resultados operacionais. De cada 100 projectos de pesquisa em curso nos laboratórios da Dupont de Nemours, apenas um passa ao estádio industrial, mas este paga e compensa o custo de todos os outros. E só a pesquisa organizada e integrada

de numerosos especialistas permite a obtenção de economias de escala e de economias externas; foi assim que a detecção por radar dos aviões desenvolveu a pesca e a estatística.

Mas o desenvolvimento tecnológico não exige apenas pesquisadores e cientistas. Exige, e em maior número, pessoal qualificado para lidar com instrumentos aperfeiçoados e tirar o melhor partido deles. Daí a necessidade de um ensino variado e que produza indivíduos nos mais diversos ramos da ciência e da técnica e aos mais diversos níveis de qualificação. E isto certamente não se consegue com um ensino numèricamente restrito e que pretenda formar *élite*... sobretudo se essa *élite* tem por base uma selecção económica. A *élite* tem de formar-se *a nível muito mais alto do que o da licenciatura* e deve ser uma *élite* científica.

No que respeita às consequências, o desenvolvimento da tecnologia moderna, a níveis e ritmos diferentes nos diversos países, conduz inevitàvelmente a uma nova repartição dos povos, mesmo se se excluem os agora caracterizadamente subdesenvolvidos. A nova divisão será a de países tecnològicamente desenvolvidos e *leaders*, por um lado, e países em vias de desenvolvimento tecnológico e *a reboque*, por outro. Esta divisão não constitui apenas uma hipótese de escola ou um vago perigo futuro. É uma realidade presente, angustiadamente vivida pelos dirigentes europeus responsáveis (... os outros não têm problemas). O «technological gap» (que compreende a «tecnologia» da organização) é apresentado como um dos principais factores de incitamento à construção da Europa unida e à modernização das suas actividades. O Hudson Institute, especializado na prospectiva de base lógico-matemática e interdisciplinar, prevê que a simples extrapolação linear (sem que, portanto, as tendências se acentuem) dos desenvolvimentos tecnológicos americano e europeu conduzirá, em duas ou três gerações, à eclosão, na América do Norte, de uma *civilização* diferente da europeia.

Recentemente, o Tratado de não-proliferação das experiências nucleares encontra a oposição de vários países (v. g.: da Alemanha, do Japão e da Itália), que receiam uma acentuação institucionalizada do «technological gap». Uma das principais vantagens que, segundo afirma insistentemente o Sr. WILSON, a Inglaterra pode oferecer ao Mercado Comum, é o seu corpo de pesquisadores e cientistas; pelo contrário, um dos problemas que mais o inquietam é o chamado «brain drain», que suga a favor da América 6000 cérebros britânicos por ano. A Europa, mesmo unida, não poderá resistir aos dois colossos económicos (Rússia e Estados Unidos), se não desenvolver uma tecnologia de ponta; o recente «Plan Calcul» francês inscreve-se nesta preocupação. Para dominarem, aos Americanos basta-lhes serem mais «inteligentes em bloco».

Se o perigo é assim grave para a Europa, que dizer de um pequeno [1] país como Portugal, que não atingiu o estado de desenvolvimento da maior parte dos países europeus?

A taxa de crescimento do produto nacional português equivale, bom ano, mau ano, à dos países desenvolvidos da Europa industrializada; realìsticamente, isto significa que, se não progredirmos a taxas mais altas, não poderemos recuperar o atraso no que se refere a esse indicador médio, e que as diferenças absolutas se acentuam de maneira crescente.

A população escolar portuguesa ao nível secundário e sobretudo ao nível do ensino superior é das mais baixas da Europa, relativamente à população nacional; uma boa matéria de reflexão será dada pelo cálculo do quociente de agrónomos e silvicultores formados anualmente no País, em relação à população agrícola ou vivendo da agricultura. Inútil insistir; os problemas são conhecidos.

Só queremos acentuar que, se mesmo para os países europeus mais avançados há o perigo de, dentro de duas ou três gerações, verem formar-se na América do Norte uma civilização tecnológica e culturalmente diferente da sua, Portugal corre, evidentemente, no quadro europeu, riscos incomparàvelmente mais sérios. Que ninguém tenha ilusões. E dizer que se impõe um esforço de desenvolvimento é mera redundância.

3. As reflexões precedentes dizem respeito aos perigos da evolução relativa de Portugal, comparativamente aos outros países europeus, motivados por níveis de educação e de ensino reputados insuficientes.

Mas talvez tenha interesse completar essas reflexões com outras respeitantes às estruturas sociológicas conexas aos sistemas de ensino.

a) A população escolarizada global é — repete-se — relativamente escassa. Consequentemente, o grau médio de instrução é baixo e a percentagem daqueles que possuem um curso superior muito reduzida;

b) Como é natural numa sociedade que tenta modernizar-se, os postos de direcção e os lugares técnicos são ocupados por indivíduos possuindo diplomas de estudos a um nível relativamente elevado, isto é, pela minoria universitária. Esta é, portanto, uma minoria normalmente privilegiada, do ponto de vista da situação profissional [2];

---

[1] Mas o problema não está em ser pequeno!

[2] Por alguma razão o filho-família rico se pôs a estudar.

c) Como é pouco numerosa, as diferenças de vencimentos médios entre os diplomados superiores e os assalariados e funcionários não diplomados é muito grande; maior em Portugal do que nos outros países europeus. Os diplomados constituem, portanto, uma minoria privilegiada do ponto de vista do rendimento relativo;

d) No seio de uma população fracamente instruída e culturalmente subevoluída, os diplomados formam uma *élite cultural,* o que em conjunto com *b)* e com *c),* torna acessíveis aos diplomados os escalões sociais «superiores» da sociedade portuguesa [3]. Eles participam, assim, da minoria socialmente privilegiada.

Em suma, os diplomados tendem a formar *uma espécie de classe,* onde a condição de admissão é o diploma, ou melhor um certo «savoir faire valoir» o diploma. É *a classe do «licenciado»,* como já a designaram alguns sociólogos latino-americanos, e que em Portugal é reconhecida socialmente por essa designação simbólica de deferência: a classe dos «Senhores Doutores» [4], que na forma escrita se reduz ao eufemismo do «Senhor Dr.» [5]; algo assim como os nobres eram «Dons».

Claro que esta designação habitual não é boa nem má. Mas faz-nos notar com maior clareza que os diplomados das escolas superiores formam um estrato socialmente bem refenciado, embora com vários compartimentos interiores.

Num processo dinâmico inevitável de sensibilização psicológica, os membros deste grupo social tomam consciência desse facto, talvez não pròpriamente enquanto «classe», mas pelo menos enquanto *camada* ou *estrato* da população, o que é no entanto mais vasto e tem muito maior significação do que a consciência de se pertencer a um grupo profissional. Os «universitários», os «diplomados», os «intelectuais» constituem outras tantas designações e apelações corrente desse estrato.

Mas, o que é mais, os diplomados tomam consciência de que constituem um segmento ou camada de população *que ocupa posições-chave, quando não dominantes.* A consciencialização dessa posição leva-os modalmente a defenderem uma situação que lhes é favorável, rodeando-se de uma barreira esotérica: a do *saber,*

---

[3] Concomitantemente processa-se a esse nível uma certa simbiose de indivíduos de origens sociais diferentes.

[4] Ou «Senhores Engenheiros».

[5] Relativamente à população, Portugal deve ser um dos países com mais Drs. e menos doutores.

ou mais realìsticamente do *diploma,* que passa a constituir, do ponto de vista sociológico, como que uma «ordenação sacra». O *diplomado* pode exercer e exerce uma função superior, primordialmente porque tem um diploma e porque é reputado, só por isso, como «sabendo», e não porque em primeiro lugar ele efectivamente *saiba,* embora este último aspecto tenha influência na sua carreira futura. Isto lembra, em certa medida, o que se passava na Idade Média: o facto de pertencer a determinada categoria social habilitava os indivíduos a desempenharem só por essa razão funções de comando.

Este reflexo modal de defesa das posições obtidas e das situações que as garantem pode tomar diversas formas exteriores, cujas motivações profundas nem sempre aparecem explìcitamente: reserva de lugares, «capelinhas» e nepotismos (de «famílias» intelectuais), valorização do diploma pela raridade dos possuidores, dogmatismo científico ou doutrinário, procura de apoios políticos extra-profissionais, etc.

Desta forma, e não obstante o ensino poder constituir uma via de democratização social, a *classe dos diplomados* corre o risco de tornar-se um grupo de interesses, criador de obstáculos ao desenvolvimento geral da sociedade, mormente se não há concorrência aberta entre eles e se simultâneamente existe um certo monolitismo de escola.

4. Finalmente, parece-nos que a maneira mais eficaz de garantir que o ensino seja um meio de democratização social e, ao mesmo tempo, um factor poderoso do desenvolvimento sócio-económico, é a de democratizar, por seu turno, o *acesso* ao ensino, pondo-o ao alcance de todos, não só através de ajudas financeiras aos estudantes, mas também mediante uma melhor repartição geográfica dos estabelecimentos de ensino, e pela formação adequada e multiplicação do corpo docente.

Problemas deste género existem em todos os países do Mundo em maior ou menor grau. Mas em Portugal, nesta conjuntura histórica em que os problemas a resolver (desenvolvimento económico, justiça social, adesão ou não à Europa, os problemas ultramarinos...) são decisivos, e, num momento em que o serviço militar no Ultramar drena uma parte considerável da juventude portuguesa, incluindo a que frequenta o ensino superior, a democratização do ensino merece uma consideração muito especial, pois constitui a condição «sine qua non» de evolução necessária para formas mais modernas e desenvolvidas, mais abertas e mais justas da vida nacional.